



PROVA BRASIL: RENDIMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA POR ESTUDANTES SURDOS.

Liliane Afonso de Oliveira ¹

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo Moreira²

Thais Fernandes de Amorim ³

Geovane Silva Belo ⁴

Alini do Socorro Pinheiro Cruz ⁵

RESUMO

Os surdos, em diversas cenas enunciativas, têm procurado conviver com grandes diferenças, dentre elas a mais marcante, a linguística. Por intermédio das relações sociais, o sujeito tem possibilidade de aceção e representação de si próprio e do mundo, definindo suas características linguístico-discursivas e socioculturais diante dessas vivências sociais. As fronteiras entre as línguas de sinais e orais fazem com que os interlocutores busquem estratégias que se efetivem ou facilitem o processo de aprendizagem. Quadros (2005) argumenta que a língua portuguesa é uma língua de modalidade oral-auditiva e a Libras tem como modalidade de comunicação o canal viso-espacial. Dessa forma, a imagem dessa palavra gerada na mente deste sujeito surdo é realizada visualmente. O objetivo deste trabalho é analisar os indicadores de rendimento em Língua Portuguesa, com foco em leitura por estudantes Surdos do 9º ano do Ensino Fundamental, segundo o Relatório Saeb com dados de 2017 (Brasil, 2019) pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e compreender os sistemas de avaliação da educação no Brasil sobre o desempenho de alunos sob regime de inclusão na Prova Brasil. Os resultados parciais apresentam que um dos principais objetivos deste mecanismo de monitoramento é a criação de políticas públicas voltados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas, produzindo informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática, fornecendo resultados para cada unidade escolar participante bem como para as redes de ensino em geral, contudo os resultados não apontam as diferenças individuais dos alunos, a saber, o Surdo, buscando discutir a influência da linguagem viso-espacial no processo de aprendizagem desses sujeitos.

Palavras-chave: Leitura, Surdos, Prova Brasil.

INTRODUÇÃO

¹ Docente do Curso de Letras da UFRA, Doutora em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Univeridade da Amazônia – PA, liliane.afonso@ufra.edu.br;

² Docente do Curso de Letras da UFRA, Doutora em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará, wanubya.campelo@ufra.edu.br;

³ Docente do Curso de Letras da UFRA, Doutora em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará, thais.amorim@ufra.edu.br;

⁴ Docente do Curso de Letras da UFRA, Doutor em Educação pela UFPa e vice-líder do GELICS (Grupo de Estudos em Literatura, Cultura e Sociedade), geovane.belo@ufra.edu.br;

⁵ Professora da Educação especial na Secretária de Educação do Estado do Pará, Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Univeridade da Amazônia – PA, alinipinheiro@gmail.com;



Os Surdos, dentro dos espaços escolares convivem com grandes diferenças, dentre elas a mais marcante, a linguística. Por intermédio das relações sociais, o sujeito tem a possibilidade de aceitação e representação de si próprio e do mundo, definindo suas características linguístico-discursivas e socioculturais diante dessas vivências sociais.

A língua, em suas variadas narrativas linguístico-discursivas, reflete os aspectos culturalmente significativos nos processos de produção da identidade e cultura do sujeito surdo. A língua de sinais surge pelas necessidades naturais e específicas do homem de usar um sistema linguístico para expressar ideias, sentimentos e ações, apresentando-se tão complexa e expressiva quanto à língua oral. Deste modo, a língua permite ao ser humano relacionar-se com o mundo.

No cenário educacional, diferentes contextos discursivos levam o professor de Língua Portuguesa, a exemplo, trabalhar com diferentes práticas de ensino de leitura e escrita no espaço escolar, sendo de responsabilidade do professor, criar práticas para trabalhar sobre determinada unidade linguística, decompor essas unidades em unidades menores, adequando ao perfil dos alunos, Surdos ou ouvintes.

O ser humano desenvolve uma ou mais línguas, conforme sua necessidade, não havendo, sob este ponto de vista, uma língua superior à outra. Entre as muitas línguas, há a Língua Brasileira de Sinais (Libras), usada pela Comunidade Surda Brasileira, que muitos ouvintes ainda desconhecem.

O processo educacional de alunos surdos é marcado historicamente por correntes filosóficas distintas, mas que contribuíram comumente para a constituição de uma proposta educacional que permitisse aos alunos surdos o seu desenvolvimento cognitivo, alargando seus horizontes e ampliando seu pensamento criativo e reflexivo.

Por conseguinte, o Brasil possui políticas públicas inclusivas implantadas em marcos contínuos históricos, que visam a efetivação dos surdos e de pessoas com outras deficiências nas escolas públicas e particulares regulares como: a Educação Especial, com a implantação do Atendimento Educacional Especializado; a Lei nº 10.436/02, em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é definida como comunicação e expressão oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil a partir de um sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria e; o Decreto nº 5.626/05, que reconhece a Libras como língua oficial do Surdo e a defini como L1 para os surdos e a Língua Portuguesa como L2 e o ensino da Libras em todos os níveis de ensino.

Contudo, no cenário educacional, ainda se observa uma grande parte dos encaminhamentos metodológicos para Surdos com as mesmas estratégias e recursos

educacionais voltados para os ouvintes, não-surdos, trazendo assim, sérios problemas no aprendizado do Sujeito Surdo, uma vez que esse mergulha no mundo da leitura e da escrita por processos visuais de significação.

Ademais, apesar dos avanços educacionais conquistados pela comunidade surda, percebe-se que há espaços escolares que não têm conseguido colocar em prática o que as Leis e as políticas pertinentes ao campo das deficiências prevê, já que o surdo continua, muitas vezes, apenas copiando os conteúdos do quadro ou do livro e sem o direito de acesso a Libras como L1 e à Língua Portuguesa como L2. Desse modo, identifica-se uma prática educacional excludente, apenas com a presença física dos alunos surdos na sala de aula que prioriza as práticas de leitura e escrita a partir da L2 desses sujeitos.

Assim, o objeto de estudo deste artigo são os resultados dos testes de desempenho de Língua Portuguesa por alunos Surdos no 9º ano / 8ª série, na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc, também denominada Prova Brasil, no ano de 2017.

Para tanto, este estudo tem como objetivos analisar os indicadores de rendimento em Língua Portuguesa, com foco em leitura por estudantes Surdos do 9º ano do Ensino Fundamental, segundo o Relatório Saeb com dados de 2017 (Brasil, 2019) pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e compreender os sistemas de avaliação da educação no Brasil sobre o desempenho de alunos sob regime de inclusão na Prova Brasil.

Esta análise considera-se de grande relevância pois avança nas pesquisas na área da qualidade da educação de Surdos e contribui com as reflexões sobre o processo de inclusão do sujeito surdo nesse processo de interação e comunicação dentro do espaço escolar.

METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa consiste na organização do pensamento reflexivo-investigativo em torno de um quadro de referências decorrentes do percurso em análise durante todo o processo investigativo, e não apenas um manual de ações deste pesquisador.

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador não pretende realizar um estudo minucioso acerca da aprendizagem da escrita da Língua Portuguesa por surdos – através da análise de produções textuais escritas e suas alterações morfosintáticas e lexicais presentes na escrita desses alunos –, mas analisar as práticas de ensino da leitura e escrita dos alunos Surdos por professores de Língua Portuguesa a partir dos dados de desempenho dos alunos Surdos pelo SAEB, como um

processo de construção contínuo e gradativo que antecede e sucede a escolarização, bem como a língua reflete os aspectos culturalmente significativos nos espaços escolares, e o sujeito letrado torna-se autônomo em suas decisões, influenciando sobre a compreensão de identidade e cultura da posição dos sujeitos surdos nos seus espaços escolares.

No que concerne à epistemologia da metodologia da pesquisa, o trabalho se reporta ao modelo subjetivista, procedendo análises das articulações entre sujeito e objeto, assim entre o Surdo e dados de desempenho dos alunos Surdos pelo SAEB, refletindo as práticas de ensino da leitura, considerando o modelo dialético, fundamentalmente incorporado ao caráter sócio-histórico da realidade social, levando em conta o ser humano como transformador e criador de seus contextos.

Para constituir o corpus da análise, representativo desta estudo, realizou-se uma análise documental da Prova Brasil de 2017: ensino fundamental, bem como suas matrizes de referência, tópicos, descritores e relatório de desempenho e aprendizagem em Língua Portuguesa (com foco em leitura) dos alunos Surdos do 9º ano do ensino fundamental, na Prova Brasil (INEP, 2017), no intuito de nos aproximarmos dos informantes, permitindo, em momentos oportunos, realizar indagações e complementações que fossem necessárias ao objetivo da pesquisa, a partir da técnica de investigação.

Portanto, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativo-bibliográfica e documental, pois busca situar, a partir de descentramentos teóricos e suporte legal, aspectos concernentes às contribuições das políticas públicas de inclusão criadas para a educação de Surdos no Brasil; e, por conseguinte, as implicações nas políticas de educação de Surdos no Brasil, no que concerne à aplicação da Prova Brasil, realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O trabalho analisa dados que foram coletados no site do Ministério da Educação e buscou-se averiguar as seguintes problemáticas: Quais os resultados de níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (com foco em leitura) dos alunos Surdos do 9º ano do ensino fundamental na Prova Brasil, realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aplicadas no ano de 2017; e como é mensurada, pelo Ministério da Educação, a qualidade do ensino, nos níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (como foco em leitura) para Surdos, ministrado nas escolas das redes públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A Prova Brasil é um instrumento de avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC) que têm como principal objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Nos testes disponibilizados para os alunos no quinto e nonos anos (quarta e oitava séries) do ensino fundamental, os estudantes respondem a questões de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. De acordo com o MEC (2020a) sobre o questionário socioeconômico:

“os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.” MEC (2020a)

Assim, a partir das informações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

Os testes de desempenho de Língua Portuguesa e Matemática elaborados pela Prova Brasil são baseados nas matrizes de referência. Estas reúnem os conhecimentos e processos cognitivos a serem aferidos em cada disciplina e série/ano.

De acordo com o Relatório Saeb com dados de 2017 (Brasil, 2019), foco deste estudo, as Matrizes de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb que pautaram a edição de 2017 foram estabelecidas em 2001. Ainda de acordo com o Relatório, as matrizes não compõem todo o currículo escolar e “não podem ser confundidas com procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, pois são recortes dos conteúdos curriculares estabelecidos para determinada etapa ou ciclo escolar”.

Ainda de acordo com o INEP e MEC no relatório das evidências da edição de 2017 do SAEB (BRASIL, 2019), em decorrência do estabelecimento da base nacional comum curricular prevista no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), as matrizes de referência do Saeb foram revisadas no decorrer do ano de 2018.

Acerca dos testes de Língua Portuguesa, o Saeb discorre que tem como foco a leitura e seu objetivo é verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de

conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. Contudo, tentaremos enxergar a presença do sujeito surdo nos dados deste relatório de 2017.

De acordo com o INEP/MEC (Brasil, 2019), a opção pelo teste da Língua portuguesa justifica-se porque ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, nas mais diferentes situações de comunicação. É uma atividade complexa que exige do leitor demonstrar habilidades como reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir, hierarquizar.

Este estudo dialoga com a matriz de referência de Língua Portuguesa e as escalas de proficiência/desempenho para os alunos do 9º ano do ensino fundamental refletindo sobre as implicações da qualidade do ensino, nos níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (como foco em leitura) para Surdos, ministrado nas escolas no Pará, analisadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Os conhecimentos e as competências linguísticas esperados para cada etapa estão indicados nos descritores da Matriz de Referência de Língua Portuguesa, dividida em 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Essa matriz é composta por seis tópicos, relacionados a habilidades desenvolvidas pelos estudantes e dentro de cada tópico, há um conjunto de descritores ligados às competências desenvolvidas.

Na matriz, podem ser observados descritores comuns às três etapas de ensino avaliadas. Este estudo analisa o descritor D1 que está inserido no tópico I referente a procedimentos de leitura refletindo o grau de complexidade da tarefa resultante de aspectos relativos aos diversos saberes que o sujeito Surdo terá que mobilizar para resolver o problema proposto.

Na Prova Brasil, de acordo com a escala SAEB – escala de proficiência com a descrição das competências e habilidades que os estudantes devem ser capazes de demonstrar em cada nível com os descritores do detalhamento das habilidades cognitivas – permite-se verificar o percentual de alunos que já desenvolveram as habilidades e competências para cada ano, quantos ainda estão desenvolvendo e quantos estão abaixo do nível desejado para a série, além de ser possível verificar também quem está acima do nível esperado.

Contudo, nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação, não há uma análise diferenciada do desempenho de crianças sob regime de inclusão na Prova Brasil. Os cadernos de provas aplicadas e seus respectivos gabaritos do SAEB não são divulgados. O que são divulgados no site do INEP e Ministério da Educação são apenas exemplos de provas e questões comentadas, que avaliadas parcialmente, não estão adaptadas ao Surdo.

À molde, na Matriz de Língua Portuguesa do 9º ano/8ª série referente aos comentários sobre os tópicos e Descritores com Exemplos de itens temos uma amostra de item do descritor D1:

MATRIZ DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB – 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
9º ano – Língua Portuguesa	
Tópico	Habilidades/Descritores
I. Procedimentos de leitura	D1 – Localizar informações explícitas em um texto. D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão. D4 – Inferir uma informação implícita em um texto. D6 – Identificar o tema de um texto. D14 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

Fonte: BRASIL. Relatório SAEB [recurso eletrônico]. – Brasília : INEP, 2019.

O descritor D1 está inserido no tópico I referente a procedimentos de leitura. O descritor D1 tem a função de localizar informações explícitas em um texto. Para o INEP a habilidade que pode ser avaliada por este descritor, relaciona-se à localização pelo aluno de uma informação solicitada, que pode estar expressa literalmente no texto ou pode vir manifesta por meio de uma paráfrase, isto é, dizer de outra maneira o que se leu.

Para exemplificarmos, selecionamos o exemplo de itens do descritor D1, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC, 2020b), na Matriz de Língua Portuguesa do 9º ano/ 8ª série com Comentários sobre os Tópicos e Descritores do SAEB. Esse descritor diz respeito à habilidade de localizar uma informação que se encontra explícita em um texto.

Exemplo de item do descritor D1:

A assembléia dos ratos

1 Um gato de nome Faro-Fino deu de fazer tal destroço na rataria duma casa velha que os sobreviventes, sem ânimo de sair das tocas, estavam a ponto de morrer de fome.

5 Tornando-se muito sério o caso, resolveram reunir-se em assembléia para o estudo da questão. Aguardaram para isso certa noite em que Faro-Fino andava aos miados pelo telhado, fazendo sonetos à lua.
— Acho – disse um deles - que o meio de nos defendermos de Faro-Fino é lhe atarmos um guizo ao pescoço. Assim que ele se aproxime, o guizo o denuncia e pomo-nos ao fresco a tempo.

10 Palmas e bravos saudaram a luminosa idéia. O projeto foi aprovado com delírio. Só votou contra um rato casmurro, que pediu a palavra e disse:
— Está tudo muito direito. Mas quem vai amarrar o guizo no pescoço de Faro-Fino?

15 Silêncio geral. Um desculpou-se por não saber dar nó. Outro, porque não era tolo. Todos, porque não tinham coragem. E a assembléia dissolveu-se no meio de geral consternação.
Dizer é fácil - fazer é que são elas!

LOBATO, Monteiro. in Livro das Virtudes – William J. Bennett – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 308.

Na assembléia dos ratos, o projeto para atar um guizo ao pescoço do gato foi

(A) aprovado com um voto contrário.
(B) aprovado pela metade dos participantes.
(C) negado por toda a assembléia.
(D) negado pela maioria dos presentes.

Fonte: MEC, 2020b

Essa habilidade é avaliada por meio de um texto-base que dá suporte ao item, no qual o aluno é orientado a localizar as informações solicitadas seguindo as pistas fornecidas pelo próprio texto. Para chegar à resposta correta, o aluno deve ser capaz de retomar o texto, localizando, dentre outras informações, aquela que foi solicitada. Por exemplo, os itens relacionados a esse descritor perguntam diretamente a localização da informação, complementando o que é pedido no enunciado ou relacionando o que é solicitado no enunciado, com a informação no texto.

Ocorre que, ao analisarmos esse modelo de item direcionado ao aluno Surdo, percebe-se que este não trabalha a imagem no texto para relacionar as ideias com as experiências prévias dos alunos Surdos.

Os surdos possuem identidade, cultura e língua própria. O que os diferencia das demais pessoas e das outras minorias é que ser surdo não significa ter nascido em lugar determinado ou integrar uma família específica com as mesmas características, e sim possuir uma língua de modalidade gestual-visual cuja expressão e recepção se diferenciem de todas as demais, ou seja, das línguas que são de modalidade oral-auditiva.

No exemplo de item do descritor D1, o uso de vocábulos e expressões como “assembléia”, “destrução”, “guizo”, “pomo-nos”, “sonetos a lua”, “delírios”, “consternação” presentes na Língua Portuguesa, não são da cultura de muitos alunos surdos.

De acordo com Quadros (2005) percebe que há um conflito entre a Libras e o Português no processo educacional dos surdos, por conta, justamente das políticas linguísticas brasileiras:

O conflito entre Libras e o Português na educação dos surdos é reflexo das políticas linguísticas do Brasil. Este é um país plurilíngue onde há muitas línguas indígenas, línguas de imigrantes e duas línguas de sinais registradas. Entretanto, a política linguística brasileira ainda é pautada na crença de que o país seja monolíngue, favorecendo a língua portuguesa em detrimento das tantas outras línguas existentes. (QUADROS, 2005, p.27).

A autora aponta em seus estudos que os surdos querem e precisam ter a Libras como a sua língua de instrução, sua língua para se comunicar com o mundo, interagindo e compreendendo os demais também através de seus sinais e não por meio de uma imposição da língua portuguesa, como acontece muitas das vezes.

O modelo de item do descritor D1 não apresenta-se adaptado na perspectiva da educação Bilíngue, o português como segunda língua (L2) para o aluno Surdo.

A escrita em português é muito difícil para os Surdos, pois não compreendem o significado das palavras que utilizam na leitura e na escrita de textos, na escola regular. Assim,



é importante que os descritores sejam elaborados à luz da Libras para os alunos Surdos para avaliar-se a qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos surdos, principalmente no tocante ao ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita e desenvolver políticas educacionais que atendam às necessidades educacionais do Surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cadernos de provas aplicadas e seus respectivos gabaritos do SAEB não são divulgados. Ao analisar-se exemplos de itens de questões da matriz de referência de Língua Portuguesa para os alunos Surdos do 9º ano do ensino fundamental percebe-se que o modelo de item do descritor D1, apresentado pelo Ministério da Educação/INEP não apresenta-se adaptado na perspectiva da educação Bilíngue, o Português como segunda língua (L2) para o aluno Surdo.

Os resultados da Prova Brasil subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – composto por indicadores de desempenho e de fluxo escolar – e ficam disponíveis para o público geral, que é convidado a monitorar o desempenho das escolas e municípios e, conjuntamente, acompanhar as políticas públicas adotadas pelos diferentes níveis e esferas do governo.

Assim, na apresentação dos dados disponibilizados pelo INEP/MEC não há dados individualizados dos alunos Surdos quanto a qualidade do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita o que pode inviabilizar dados qualitativos para políticas educacionais que atendam às necessidades educacionais do Surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 dez. 2019

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 12, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 246, p. 28-30, 23 dez. 2005.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 244-E, p. 2-3, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 7-E, p. 1, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 79, p. 23, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005.** Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Brasília: DOU, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.** Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2013. Seção 1, p. 17. Disponível em: . Acesso em: 26 maio 2016.

BRASIL. **Relatório SAEB [recurso eletrônico].** – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Relat%C3%B3rio+Saeb+2017/e683ba93-d9ac-4c2c-8f36-10493e99f9b7?version=1.0>>. Acesso em: 26 maio 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saeb.** 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>> . Acesso em: 10 mai. 2020

MEC, Ministério da Educação. **Português tem apenas 1,6% de aprendizagem adequada no Saeb.** 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31992>> . Acesso em: 05 mai. 2019

MEC, Ministério da Educação. **Matriz de Língua Portuguesa de 8ª série Comentários sobre os Tópicos e Descritores Exemplos de itens.** 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/8_portugues.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020

MEC, Ministério da Educação. **Prova Brasil - Apresentação.** 2020a. Disponível em: [portal.mec.gov.br > arquivos > pdf > 8_portugues](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/8_portugues.pdf). Acesso em: 20 mai. 2020

QUADROS, Ronice Muller de. **O ‘bi’ em bilinguismo na educação de surdos.** In: FERNANDES, Eulalia (org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 26-36.